



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO

Demonstrações Contábeis 2022

SEÇÃO DE CONTABILIDADE
SUBSECRETARIA DE CONTABILIDADE E EXECUÇÃO FINANCEIRA
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FINANÇAS E CONTRATAÇÕES
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO

Telefone: (31) 3501-1360

Correio eletrônico: secob.mg@trf6.jus.br, sucef.mg@trf6.jus.br e secof.mg@trf6.jus.br

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO

PRESIDENTE

Mônica Jacqueline Sifuentes

DIRETOR GERAL

Edmundo Veras dos Santos Filho

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS

DIRETOR DO FORO

Antônio Francisco do Nascimento

DIRETOR DA SECAD

Raimundo do Nascimento Ferreira

SECRETARIA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTRATAÇÕES

Maria Luciana Xavier Costa

SUBSECRETARIA DE CONTABILIDADE E EXECUÇÃO FINANCEIRA

Lílian Ribeiro de Oliveira

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Wanderlene Maria Santos Brandão

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Justiça Federal da 6ª Região abrange a 1ª e 2ª Instâncias, representadas, respectivamente, pela Seção Judiciária de Minas Gerais e pelo Tribunal Regional Federal da 6ª Região, ambos com sede em Belo Horizonte.

O Tribunal Regional Federal da 6ª Região foi criado pela Lei 14.226, de 20/10/2021, com jurisdição em todo o território de Minas Gerais. Sua instalação ocorreu em 19/08/22, quando a Seção Judiciária de Minas Gerais se desmembrou do TRF da 1ª Região e passou a compor a estrutura do TRF6.

A Seção Judiciária de Minas Gerais foi criada pela Lei 5.010, de 30/05/1996 e sua sede instalada em 26/10/1967.

A estrutura da Justiça Federal está prevista no artigo 109 da Constituição Federal de 1988 e tem por competência processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as causas de falência, de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.

A Justiça Federal deve ainda julgar os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excetuadas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral; os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente; os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira; os habeas corpus, em matéria criminal de sua competência ou quando o constrangimento provier de autoridade cujos atos não estejam diretamente sujeitos a outra jurisdição; os mandados de segurança e os habeas data contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos tribunais federais; os crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro; as causas de grave violação dos direitos humanos; a disputa sobre direitos indígenas, além de outras competências elencadas no referido artigo 109.

2. APRESENTAÇÃO

As Demonstrações Contábeis da Justiça Federal da 6ª Região são elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e em estrita observância aos dispositivos da Lei 4320/64, Lei Complementar 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 9.ª edição – MCASP e no Manual Siafi, ambos publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

As demonstrações contábeis têm a finalidade de apresentar aos gestores, contribuintes, parlamentares, credores, fornecedores, auditores internos e externos, mídia e demais usuários, informações sobre a situação patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro da entidade, bem como o resultado do gerenciamento dos recursos orçamentários e financeiros descentralizados no decorrer do ano.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

I - Balanço Patrimonial (BP)

II - Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

III - Balanço Orçamentário (BO)

IV - Balanço Financeiro (BF)

V - Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

VI - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e

VII - Notas Explicativas

3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL (BP)

ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO		2022	2021
ATIVO CIRCULANTE	NE	16.761.400,20	13.520.220,87
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	11.433.292,94	10.279.620,43
Créditos a Curto Prazo	2	4.761.262,02	2.589.312,99
Demais Créditos e Valores		4.778.282,57	2.593.346,83
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo		(17.020,55)	(4.033,84)
Estoques	3	505.813,89	593.874,09
VPDs Pagas Antecipadamente	4	61.031,35	57.413,36
ATIVO NÃO CIRCULANTE		310.131.144,50	300.856.023,41
Ativo Realizável a Longo Prazo	5	2.206.015,70	-
Créditos a Longo Prazo		2.206.015,70	
Demais Créditos e Valores		2.206.015,70	
Imobilizado	6	306.622.593,71	299.786.676,95
Bens Móveis		37.053.828,43	31.721.286,64
Bens Móveis		81.835.129,62	70.491.048,84
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		(44.781.301,19)	(38.769.762,20)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-	-
Bens Imóveis	7	269.568.765,28	268.065.390,31
Bens Imóveis		271.242.664,74	269.987.801,46
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		(1.673.899,46)	(1.922.411,15)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-	-
Intangível	8	1.302.535,09	1.069.346,46
Softwares		1.302.535,09	1.069.346,46
Softwares		1.506.910,99	1.380.613,13
(-) Amortização Acumulada de Softwares		(191.960,26)	(298.851,03)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		(12.415,64)	(12.415,64)
TOTAL DO ATIVO		326.892.544,70	314.376.244,28

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2022	2021
PASSIVO CIRCULANTE	9	74.440.330,61	22.316.776,37
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		68.748.181,51	19.058.220,28
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		395.342,28	918.589,85
Provisões a Curto Prazo		5.000.000,00	2.178.270,14
Demais Obrigações a Curto Prazo		296.806,82	161.696,10

TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL			74.440.330,61	22.316.776,37
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
ESPECIFICAÇÃO	NE	2022	2021	
Resultados Acumulados		252.452.214,09	292.059.467,91	
Resultado do Exercício		(35.836.291,60)	1.273.530,45	
Resultados de Exercícios Anteriores	10	292.059.467,91	292.606.861,95	
Ajustes de Exercícios Anteriores		(3.770.962,22)	(1.820.924,49)	
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11	252.452.214,09	292.059.467,91	
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			326.892.544,70	314.376.244,28

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ATIVO FINANCEIRO	11.433.292,94	10.279.620,43	PASSIVO FINANCEIRO	30.350.913,18	11.076.831,17
ATIVO PERMANENTE	315.459.251,76	304.096.623,85	PASSIVO PERMANENTE	56.736.518,96	21.456.723,09
SALDO PATRIMONIAL				239.805.112,56	281.842.690,02

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	NE	2022	2021
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	12	358.964.806,28	359.506.833,92	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	12	54.032.662,68	51.267.043,49
Atos Potenciais Ativos		358.964.806,28	359.506.833,92	Atos Potenciais Passivos		54.032.662,68	51.267.043,49
Garantias e Contragarantias Recebidas		358.964.806,28	359.506.833,92	Garantias e Contragarantias Concedidas		-	-
Direitos Contratuais		-	-	Obrigações Contratuais		54.032.662,68	51.267.043,49
Outros Atos Potenciais Ativos		-	-	Outros Atos Potenciais Passivos		-	-
TOTAL		358.964.806,28	359.506.833,92	TOTAL		54.032.662,68	51.267.043,49

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERA VIT/DEFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	(18.917.619,34)
Recursos Vinculados	(0,90)
Previdência Social (RPPS)	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	(0,90)
TOTAL	(18.917.620,24)

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	NE	2022	2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		1.279.744.327,42	903.004.570,80
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		8.891.321,22	8.909.216,05
Taxas		8.891.321,22	8.909.216,05
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		4.012.765,82	1.004.133,32
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		4.012.765,82	1.004.133,32
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		4.860,06	-
Juros e Encargos de Mora		4.853,90	-
Variações Monetárias e Cambiais		6,16	-
Transferências e Delegações Recebidas	13	1.256.131.213,73	885.887.880,13
Transferências Intragovernamentais		1.254.687.758,22	885.639.691,81
Outras Transferências e Delegações Recebidas		1.443.455,51	248.188,32
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		4.638.292,62	1.949.066,45
Reavaliação de Ativos		3.929.810,14	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		691.247,95	1.945.576,17
Ganhos com Desincorporação de Passivos		17.234,53	3.490,28
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		6.065.873,97	5.254.274,85
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		2.895,80	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		6.062.978,17	5.254.274,85
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		1.315.580.619,02	901.731.040,35
Pessoal e Encargos	14	694.852.862,57	642.451.599,25
Remuneração a Pessoal		545.243.029,88	494.264.481,91
Encargos Patronais		110.139.716,18	108.787.812,26
Benefícios a Pessoal		30.762.535,61	34.117.133,77
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		8.707.580,90	5.282.171,31
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	14	159.108.002,78	134.600.661,64
Aposentadorias e Reformas		130.043.818,65	109.667.317,02

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas – TRF6 - 2022

Pensões		19.770.360,69	19.408.602,92
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		9.293.823,44	5.524.741,70
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		96.637.241,88	86.100.267,14
Uso de Material de Consumo		1.127.708,87	1.117.738,55
Serviços		89.235.361,30	79.057.182,70
Depreciação, Amortização e Exaustão		6.274.171,71	5.925.345,89
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		68,43	1,30
Juros e Encargos de Mora		68,43	1,30
Transferências e Delegações Concedidas	13	351.271.252,68	18.881.716,23
Transferências Intragovernamentais		350.768.959,92	15.582.000,55
Outras Transferências e Delegações Concedidas		502.292,76	3.299.715,68
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		4.924.084,11	13.694.094,27
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		244.326,87	4.033,84
Desincorporação de Ativos		4.679.757,24	13.690.060,43
Tributárias		3.554.038,48	3.767.286,49
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		28.057,35	26.581,30
Contribuições		3.525.981,13	3.740.705,19
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		5.233.068,09	2.235.414,03
Constituição de Provisões		5.000.000,00	2.129.759,47
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		233.068,09	105.654,56
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	15	(35.836.291,60)	1.273.530,45

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO)

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	NE	SALDO
DEFICIT			938.461.012,33	16	938.461.012,33
TOTAL	-	-	938.461.012,33		938.461.012,33
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-		-		13.806.386,00
Créditos Cancelados	-	(13.806.386,00)	-		-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS NE16	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	80.947.497,00	67.141.111,00	923.468.200,36	903.848.978,36	903.047.245,08	(856.327.089,36)
Pessoal e Encargos	36.810.000,00	36.816.489,00	779.626.991,06	763.396.073,90	762.603.545,27	

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas – TRF6 - 2022

Sociais						(742.810.502,06)
Outras Despesas Correntes	44.137.497,00	30.324.622,00	143.841.209,30	140.452.904,46	140.443.699,81	(113.516.587,30)
DESPESAS CAPITAL DE	3.000.000,00	3.000.000,00	14.992.811,97	9.122.304,55	9.122.304,55	(11.992.811,97)
Investimentos	3.000.000,00	3.000.000,00	14.992.811,97	9.122.304,55	9.122.304,55	(11.992.811,97)
TOTAL	83.947.497,00	70.141.111,00	938.461.012,33	912.971.282,91	912.169.549,63	(868.319.901,33)

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	71.648,83	4.482.601,09	3.833.923,77	3.833.923,77	525.382,99	194.943,16
Pessoal e Encargos Sociais	27.683,23	2.043.464,34	1.967.103,00	1.967.103,00	33.702,94	70.341,63
Outras Despesas Correntes	43.965,60	2.439.136,75	1.866.820,77	1.866.820,77	491.680,05	124.601,53
DESPESAS CAPITAL DE	-	5.737.697,04	2.163.224,10	2.163.224,10	6.772,44	3.567.700,50
Investimentos	-	5.737.697,04	2.163.224,10	2.163.224,10	6.772,44	3.567.700,50
TOTAL	71.648,83	10.220.298,13	5.997.147,87	5.997.147,87	532.155,43	3.762.643,66

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	726.144,82	726.144,82	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	726.144,82	726.144,82	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	726.144,82	726.144,82	-	-

BALANÇO FINANCEIRO (BF)

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	938.461.012,33	882.597.760,75
Ordinárias	-	-	Ordinárias	796.754.973,37	709.513.194,95
Vinculadas	-	-	Vinculadas	141.706.038,96	173.084.565,80
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)		29.432.200,51
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Previdência Social (RPPS)	129.222.709,10	129.147.517,29
Transferências Financeiras Recebidas	1.254.687.758,22	885.639.691,81	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	12.483.329,86	14.504.848,00
Resultantes da Execução Orçamentária	1.254.343.409,26	881.553.499,40	Transferências Financeiras Concedidas	350.768.959,92	15.582.000,55
Sub-repasse Recebido	1.254.343.409,26	881.553.499,40	Resultantes da Execução Orçamentária	334.546.241,69	41.749,74
Independentes da Execução Orçamentária	344.348,96	4.086.192,41	Sub-repasse Concedido	334.461.134,79	41.749,74
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	11.279,83	3.723.433,49	Sub-repasse Devolvido	85.106,90	
Demais Transferências Recebidas	80.397,86	50.084,15	Independentes da Execução Orçamentária	16.222.718,23	15.540.250,81
Movimentação de Saldos Patrimoniais	252.671,27	312.674,77	Demais Transferências Concedidas	18.218,06	10,00
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	16.204.500,17	15.540.240,81
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	42.857.962,92	26.282.261,14	Aporte ao RGPS	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	801.733,28	726.144,82	Pagamentos Extraorçamentários	7.162.076,38	5.004.416,54
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	25.489.729,42	10.220.298,13	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	726.144,82	210.923,34
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	676.851,12	158.449,24	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	5.997.147,87	4.592.111,83
			Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	438.783,69	201.381,37

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas – TRF6 - 2022

Outros Recebimentos Extraorçamentários	15.889.649,10	15.177.368,95	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	15.889.649,10	15.177.368,95			
Saldo do Exercício Anterior	10.279.620,43	1.541.845,32	Saldo para o Exercício Seguinte	11.433.292,94	10.279.620,43
Caixa e Equivalentes de Caixa	10.279.620,43	1.541.845,32	Caixa e Equivalentes de Caixa	11.433.292,94	10.279.620,43
TOTAL	1.307.825.341,57	913.463.798,27	TOTAL	1.307.825.341,57	913.463.798,27

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	12.439.201,16	14.127.245,19
INGRESSOS	1.271.254.258,44	900.975.510,00
Outros Ingressos Operacionais	1.271.254.258,44	900.975.510,00
Ingressos Extraorçamentários	676.851,12	158.449,24
Transferências Financeiras Recebidas	1.254.687.758,22	885.639.691,81
Arrecadação de Outra Unidade	15.889.649,10	15.177.368,95
DESEMBOLSOS	-1.258.815.057,28	-886.848.264,81
Pessoal e Demais Despesas	-800.401.910,17	-762.027.405,67
Legislativo	-	-
Judiciário	-646.958.872,15	-616.709.665,73
Previdência Social	-138.984.318,12	-129.147.517,29
Encargos Especiais	-14.458.719,90	-16.170.222,65
Transferências Concedidas	-107.205.403,50	-109.037.477,22
Intragovernamentais	-107.205.403,50	-109.037.477,22
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos Operacionais	-351.207.743,61	-15.783.381,92
Dispêndios Extraorçamentários	-438.783,69	-201.381,37
Transferências Financeiras Concedidas	-350.768.959,92	-15.582.000,55
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-11.285.528,65	-5.389.470,08
DESEMBOLSOS	-11.285.528,65	-5.389.470,08
Aquisição de Ativo Não Circulante	-11.129.447,21	-5.185.015,21
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-156.081,44	-204.454,87
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-	-

GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.153.672,51	8.737.775,11
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	10.279.620,43	1.541.845,32
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	11.433.292,94	10.279.620,43

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL

Especificação	Resultados Acumulados
Saldo inicial do exercício 2021	292.606.861,95
Ajustes de exercícios anteriores	(1.820.924,49)
Resultado do Exercício	1.273.530,45
Total Consolidado	292.059.467,91
Especificação	Resultados Acumulados
Saldo inicial do exercício 2022	292.059.467,91
Ajustes de exercícios anteriores	-3.770.962,22
Resultado do exercício	-35.836.291,6
Total Consolidado	252.452.214,09

5. RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS DE MENSURAÇÃO E POLÍTICAS CONTÁBEIS ADOTADOS NA JUSTIÇA FEDERAL DA 6ª REGIÃO

5.1 Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis estão mensurados em Reais (R\$), que é a moeda funcional do órgão. Não há saldo em moeda estrangeira.

5.2 Procedimentos Contábeis Patrimoniais

Na Justiça Federal da 6ª Região são observadas as orientações contidas nos Procedimentos Contábeis elaborados pela DICOC – Divisão de Análise Contábil e Custos - Setorial Contábil do TRF1, que são produzidos de acordo com o disposto no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP, 9ª Edição, Macrofunções do Manual Siafi, Plano de Contas aplicado ao Setor Público – PCASP 2022 e outros normativos específicos de cada matéria.

5.3 Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, como os limites de saque e os depósitos de terceiros que contabiliza os valores recebidos a título de caução para garantias contratuais.

Os limites de saque são provenientes da conta única e os valores são detalhados por fonte e vinculação de pagamento. Os saldos são mensurados e avaliados pelo valor de custo exceto a conta que registra as cauções, onde os saldos devem ser atualizados de acordo com o índice da TR - Taxa Referencial.

5.4 Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Abrangem os valores a receber a curto prazo referentes a aplicação de multas administrativas a empresas por descumprimento a cláusulas contratuais, valores devidos por servidores, ex-servidores e ex-pensionistas, adiantamento de salários, férias e gratificação natalina, adiantamento de suprimento de fundos, estoques, que registra a movimentação ocorrida com os materiais de consumo, créditos a receber por cessão de espaço físico e ainda os ajustes para perdas estimadas referentes aos créditos a receber.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescidos das atualizações monetárias e juros, quando são encaminhados para inscrição em dívida ativa da União.

Os estoques são avaliados e mensurados da seguinte forma, conforme art. 106 da Lei nº 4.320/64: Nas entradas, pelo valor de aquisição ou doação e nas saídas, pelo custo médio ponderado.

5.5 VPDs pagas antecipadamente

Compreendem as despesas pagas antecipadamente e com períodos de competência subsequentes e no curto prazo, como ocorre com as despesas IPTU, seguros e assinaturas de periódicos e anuidades. Os valores são registrados pelo valor de custo.

5.6 Ativo realizável a longo prazo

Abrangem os valores a receber a longo prazo referentes a aplicação de multas administrativas aplicadas a empresas por descumprimento a cláusulas contratuais, valores devidos por servidores, ex-servidores e ex-pensionistas e créditos a receber por cessão de espaço físico. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescidos das atualizações monetárias e juros, quando são encaminhados para inscrição em dívida ativa da União.

5.7 Imobilizado – Bens móveis

Os bens móveis que compõem o ativo imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição e ficam sujeitos à depreciação de acordo com a vida útil de cada bem. Para o cálculo da depreciação é utilizado o método das quotas constantes e a tabela constante do manual SIAFI, Macrofunção 02.03.30 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações, onde é definido o tempo de vida útil e o valor residual do bem.

5.8 Imobilizado – Bens imóveis

Os bens imóveis que compõem o ativo imobilizado são mensurados com base no valor de aquisição ou construção e após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação ou amortização e à reavaliação. A depreciação dos imóveis cadastrados no SPIUNet segue regras específicas deste sistema. A amortização é aplicada quando há benfeitoria efetuada em imóveis de terceiros e é calculada de acordo com a respectiva macrofunção do manual do SIAFI.

A partir de 2021 houve alteração na macrofunção 02.03.44 – Bens Imóveis e conforme item 8.1.1.4, os valores gastos com benfeitorias realizadas nos imóveis cadastrados no SPIUNet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União, devem ser analisados e caso apresente percentual superior a 20% do valor líquido contábil do imóvel, este deverá ser reavaliado. Caso seja inferior a 20% do valor líquido contábil do imóvel o valor da benfeitoria deverá ser baixado no SIAFI.

A reavaliação dos imóveis de uso especial da União deve ocorrer sistematicamente a cada ano, de acordo com o previsto na Portaria Conjunta MF/MPOG 703, de 10 de dezembro de 2014, mas esta rotina ainda está pendente de ser implementada nos sistemas corporativos da SPU – Secretaria de Patrimônio da União.

5.9 Intangíveis

São bens que não possuem características físicas e na Justiça Federal da 6ª Região estão representados pelos softwares destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade e podem ser classificados como softwares de vida útil definida ou vida útil indefinida.

São mensurados com base no valor de aquisição deduzindo-se:

(i) O saldo da respectiva conta de amortização acumulada, quando classificados com vida útil definida.

(ii) O saldo da respectiva conta de redução ao valor recuperável, quando classificados com vida útil indefinida.

Atendendo orientações do TRF1, não está sendo aplicado teste de recuperabilidade para os bens intangíveis tendo em vista a necessidade de aguardar critérios específicos a serem definidos, em razão das dificuldades operacionais na aplicação dos normativos que tratam da matéria.

5.10 Passivo

Os saldos das contas do passivo representam as obrigações e os valores registrados são conhecidos ou calculáveis e decorrem de obrigações legais ou contratuais.

O passivo circulante apresenta a seguinte divisão:

(i) Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais e encargos sociais, como salários, gratificação natalina e férias a pagar e as obrigações com os auxílios natalidade, funeral e saúde e as obrigações a recolher relativas aos encargos sociais como INSS, PSS e Funpresp - Jud.

(ii) Fornecedores e contas a pagar; e

(iii) Demais obrigações.

Estão também registrados no passivo circulante os valores relativos a depósitos e cauções recebidos como garantia de contratos administrativos, nos termos do inciso I, do art. 56, da Lei 8.666/1993, que são devolvidos no final do contrato e ainda os valores pendentes de pagamento relativos às faturas de suprimento de fundos concedidos por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal.

5.11 Provisões

As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar seu valor. Na Justiça Federal da 6ª Região foram reconhecidas provisões para pagamento de despesas médicas do exercício de 2022, ainda não conhecidas, visto que os credenciados podem realizar faturamentos no prazo de seis meses após a prestação dos serviços. Os cálculos dos valores estimados são efetuados pelas áreas responsáveis.

Em dezembro/2022 foram registrados na UG090060 – TRF6 – Precatórios e RPVs valores estimados a pagar de Requisições de pequenos valores em 2023, sensibilizando a conta do passivo da UG devedora. Na UG090060 os valores estão refletidos nas contas de controle, não afetando o patrimônio do órgão.

5.12 Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, porém, estão demonstrados em contas de controle, conforme item 39 da NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e Manual Siafi, Macrofunção 02.03.36 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Estão registrados na conta de ativo contingente os valores que dependem de eventos futuros incertos para seu reconhecimento.

5.13 Contratos a pagar

As contas de controle de contratos a pagar evidenciam atos e fatos não integrantes do patrimônio, mas que podem vir a afetá-lo. Desdobram-se em contratos de seguros, de serviços e de fornecimento de bens.

5.14 Apuração do resultado patrimonial do exercício

A apuração do resultado patrimonial decorre da diferença entre as variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

O total das variações patrimoniais diminutivas reflete as despesas com pessoal ativo, celetistas, requisitados, inativos e pensionistas, despesas com a manutenção da máquina pública, como material de consumo, serviços de terceiros, locação de imóveis, depreciação, amortização, despesas tributárias, desincorporação de ativos, entre outras.

Compõem as variações patrimoniais aumentativas principalmente o valor dos sub-repasses recebidos que são as entradas de recursos financeiros para pagamento de despesas do exercício, além das transferências recebidas para pagamento de restos a pagar, incorporação de ativos, doações recebidas, etc.

A apuração do resultado ocorre com o encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta

de superávit/déficit do exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

6. PRINCIPAIS MUDANÇAS NAS PRÁTICAS E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Em 2022 foi alterada a contabilização dos valores a receber decorrentes de cessão de área pública onde a receita total prevista é contabilizada de acordo com o valor total do Termo de Cessão e à medida que os cessionários vão efetuando os pagamentos os valores devem ser baixados da conta do ativo e da conta de receita, para evitar a duplicidade.

Houve alteração também na contabilização do Auxílio-Alimentação, que a partir de dezembro/2022 está sendo contabilizado como adiantamento, visto que o pagamento em folha é efetuado de forma antecipada. No mês seguinte o valor deve ser baixado do ativo contra a respectiva conta de VPD.

A partir de setembro de 2022 foi iniciada a execução orçamentária e financeira nas UGs 090058 – TRF6 – Orçamentária e 090059 – TRF6 – Executora, em virtude da instalação do TRF6 em 19/08/22.

7. CONFORMIDADE CONTÁBIL DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial é registrada mensalmente e consiste na certificação de que as demonstrações contábeis geradas pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi estão de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual Siafi conforme Macrofunção 02.03.15 – Conformidade Contábil.

Ocorrerá registro de restrição contábil quando as demonstrações contábeis apresentarem inconsistências relevantes que podem mudar o seu entendimento, como: saldos invertidos relevantes no balancete, divergências relevantes entre os controles gerenciais e os registros na contabilidade, desequilíbrios apontados no SIAFI Web por meio da transação CONDESAUD (Consulta Desequilíbrio de Equação de Auditor), etc.

Na tabela abaixo consta a relação de processos relativos às análises efetuadas no decorrer de 2022 que embasaram o registro da conformidade contábil mensal.

Relação de processos analisados no decorrer de 2022 relativos à Seção Judiciária de Minas Gerais

Matéria	Processo
Concessão de Suprimento de Fundos	00048681920224018008
Estoques – Relatório Mensal de Almoxarifado	00032677520224018008
Despesas antecipadas	00037787320224018008
Créditos a Receber – Servidores, ex-servidores, ex-pensionistas e multas aplicadas	00050561220224018008
Perdas estimadas – valores a receber de pessoal civil	00497275720214018008
Perdas estimadas – Multas administrativas	00499726820214018008
Bens Móveis - RMB – Relatório de movimentação de bens móveis	00022873120224018008
Bens Imóveis – Próprios, cedidos e locados	00027048120224018008
Benfeitoria em imóveis de terceiros e amortização	00013009220224018008
Intangíveis	00298222720204018000
Amortização de Intangíveis	00041753520224018008
13º Salário	00013051720224018008
Férias a Pagar	00013017720224018008

Passivos sem cobertura orçamentária	00081661920224018008
Despesas com pessoal requisitado	00081835520224018008
VPD – Variação Patrimonial Diminutiva de despesas com pessoal	00040255420224018008
VPD – Variação Patrimonial Diminutiva de outras despesas – custeio em geral	00039086320224018008
Ajustes de exercícios anteriores	00081722620224018008
Diárias e passagens	00037760620224018008
Provisionamento de contratos de aluguel, serviços e fornecimento de bens	00054744720224018008
Garantias contratuais	00041416020224018008
Conta Vinculada – Provisão de encargos trabalhistas	00023557820224018008
Tributos da folha de pagamento (IR, PSS e Funpresp)	00041900420224018008
VPA – Variações patrimoniais aumentativas diversas	00035828920224068000
Créditos a receber decorrentes da cessão de área pública	00033057320224068000

Relação de processos analisados no decorrer de 2022 relativos ao Tribunal Regional Federal da 6ª Região

Matéria	Processo
13º Salário	00028129620224068000
VPD – Variação Patrimonial Diminutiva de outras despesas – custeio em geral	00028890820224068000
Diárias e passagens	00029722420224068000

Despesas com férias	00028779120224068000
VPD – Variação Patrimonial Diminutiva de despesas com	00030208020224068000

8. NOTAS EXPLICATIVAS

Nota 1 – BP – Caixa e Equivalentes de Caixa

O item “Caixa e Equivalentes de Caixa” compreende o somatório dos valores disponíveis a título de limite de saque da conta única, bem como em bancos, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Os saldos estão registrados pelos valores originais, com exceção dos saldos da conta 11111.19.03 - Demais contas - Caixa Econômica Federal, que representa os valores depositados a título de caução em garantia a contratos, que são corrigidos de acordo com os índices da poupança e são conciliados de acordo com os extratos bancários.

A tabela abaixo evidencia a variação que houve entre as contas, sendo que em 2022 estão consolidados os valores das UGs 090013 – Seção Judiciária de Minas Gerais e 090059 – Tribunal Regional Federal da 6ª Região.

Ano		2022	2021	Variação %
Conta Contábil		Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	
111111903	DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	296.628,82	58.739,39	404,99
111122001	LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO - OFSS	11.127.459,47	10.220.881,04	8,87
111122003	= LIM DE SAQUE C/VINC.PAGTO- ORDEM PAGTO - OFSS	9.204,65		100,00
Total		11.433.292,94	10.279.620,43	

Nota 2 – BP – Créditos de curto prazo

Conforme demonstrado na tabela abaixo os Créditos de Curto Prazo compreendem os seguintes registros:

- Adiantamento de Natalina (13º salário) e de adiantamento do salário no período de férias do exercício de 2023, pago em 2022, a servidores em usufruto de férias em janeiro de 2023 e que fizeram opção pelo referido adiantamento.

- Adiantamentos de auxílios alimentação e transporte, pagos em 2022, relativos à competência de janeiro/2023.

- Créditos a receber de pessoal em razão de desligamentos (somente na SJMG).

- Créditos a receber de empresas contratadas, em razão de multas administrativas (somente na SJMG)

- Créditos a receber em decorrência de cessão de áreas públicas (somente na SJMG).

A partir de 2022 foi iniciado o registro de créditos a receber decorrentes de cessão de área pública e de adiantamentos de auxílio alimentação.

Na SJMG, foi efetuado registro de ajuste de perdas dos créditos a receber decorrentes de infrações legais e contratuais e dos créditos a receber de acerto financeiro com servidores e ex-servidores da SJMG, calculado com base na média mensal de recebimentos dos últimos três anos (2020, 2021 e 2022), conforme metodologia definida na Macrofunção Siafi 02.03.42 – Ajustes para perdas estimadas.

Ano		2022	2021	Variação %
Conta Contábil		Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	
113110101	= 13 SALARIO - ADIANTAMENTO	1.509.902,11	1.867.637,95	(19,15)
113110105	SALARIOS E ORDENADOS - PAGAMENTO ANTECIPADO	467.501,89	718.753,98	(34,96)
113110107	ADIANTAMENTO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1.915.941,86		100,00
113110108	ADIANTAMENTO AUXÍLIO-TRANSPORTE	5.665,77		100,00
113810700	CRED A REC DECOR DE INFRAC LEG E CONTRATUAIS	38.737,83		100,00
113811300	CRED A REC POR CESSAO DE AREAS PUBLICAS	837.946,65		100,00
113811600	CRED A REC DE ACERTO FINAN C/SERVIDOR/EX SERV	2.586,46	6.954,90	(62,81)

113910101	* = AJUSTE PARA PERDAS - SUBGRUPO 113 (C/C 090)	(17.020,6)	(4.033,8)	321,94
Total		4.761.262,02	2.589.312,99	

Nota 3 – BP - Estoques

No decorrer de 2022 foi efetuada mensalmente a conciliação entre os registros do Sicam e do Siafi, com base no Relatório de Movimentação de Almoarifado da SJMG. Ainda não houve registro de material de estoque na UG executora do TRF6. Os materiais adquiridos foram considerados materiais de consumo imediato.

Os estoques são mensurados, nas entradas, com base no valor do custo histórico.

É aplicado o critério do custo médio ponderado na mensuração e avaliação das saídas do estoque, de acordo com a Macrofunção Siafi 02.03.48-Estoque.

Nota 4 – BP - Despesas pagas antecipadamente

No decorrer de 2022 foi efetuada mensalmente a conciliação das despesas pagas antecipadamente, sendo elas: prêmios de seguros, tributos e assinaturas e anuidades. Em 2022 não ocorreu a contratação/execução deste tipo de despesa no TRF6.

Nota 5 – BP – Créditos de longo prazo

Os valores registrados nas contas de Crédito de Longo Prazo referem-se a créditos de servidores que foram enviados para inscrição em Dívida Ativa da União e deverá ser confirmada a inscrição em 2023 e ainda créditos a receber decorrente de cessão de área pública para o Banco do Brasil, Caixa e Sicoob-Coopjus com vencimentos após o fim do exercício de 2023.

Nota 6 – BP – Imobilizado – Bens Móveis

O ativo imobilizado da Justiça Federal da 6ª Região está segregado em bens móveis e bens imóveis.

A determinação do valor contábil do ativo imobilizado – bens móveis - obedece aos critérios do custo (valor de aquisição ou produção) ou, no caso de transações sem contraprestação, do valor justo na data de sua aquisição, baseado na avaliação obtida em procedimentos técnicos

ou valor patrimonial definido nos termos da doação. Os custos com instalação são incorporados ao valor contábil do bem. Já as despesas com manutenção não são ativáveis, sendo reconhecidas no resultado do período quando incorridas, nos termos da Norma Brasileira de Contabilidade Técnica do Setor Público NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado.

Com relação à depreciação, trata-se de redução do valor dos bens tangíveis pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência ao longo de sua vida útil, sendo contabilizada mensalmente pelo método das quotas constantes (linear), nos termos da Macrofunção Siafi 02.03.30, a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização.

Ainda não está em funcionamento o sistema Sicam na UG do TRF6, assim os bens que foram transferidos do TRF1 para o TRF6 foram cadastrados no Sicam da SJMG. Este procedimento gera inconsistência entre as UGs, porém em uma análise consolidada a inconsistência deixa de existir.

No decorrer de 2022 o RMB foi analisado mensalmente até o mês de novembro. A partir de dezembro está sendo analisado apenas o saldo do Siafi e Sicam, visto que a Seção de Contabilidade está sobrecarregada, pois conta com apenas duas servidoras.

A tabela a seguir apresenta a composição dos bens móveis das unidades gestoras da JF da 6ª Região, por conta contábil.

Conta contábil	Nomenclatura	Valor contábil em R\$		AH (%)
		31/12/2022	31/12/2021	
12311.01.01	Aparelhos de Medição e Orientação	38.372,25	38.372,25	0,00
12311.01.02	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	3.409.878,82	3.413.082,76	(0,09)
12311.01.03	Equipamentos/Utensílios Médicos, Odonto, Laboratoriais e Hospitalares	111.178,76	114.308,25	(2,74)
12311.01.05	Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro	5.427.453,18	4.681.011,08	15,95
12311.01.07	Máquinas e Equipamentos Energéticos	2.731.187,81	2.601.865,81	4,97
12311.01.08	Máquinas e Equipamentos Gráficos	123.402,97	123.402,97	0,00
12311.01.09	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	9.374,98	9.374,98	0,00
12311.01.12	Equipamentos, Peças e Acessórios para Automóveis	4.098,99	4.098,99	0,00

12311.01.21	Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	3.150,00	3.150,00	0,00
12311.01.25	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	370.584,74	356.024,57	4,09
12311.02.01	Equipamentos de Processamento de Dados	41.962.220,48	32.571.018,16	28,83
12311.03.01	Aparelhos e Utensílios Domésticos	3.243.292,31	3.124.606,25	3,80
12311.03.02	Máquinas e Utensílios de Escritório	184.301,82	193.751,27	(4,88)
12311.03.03	Mobiliário em Geral	15.118.374,87	14.247.640,03	6,11
12311.04.02	Coleções e Materiais Bibliográficos	307.218,87	308.961,49	(0,56)
12311.04.03	Discotecas e Fimotecas	-	4,41	(100,00)
12311.04.05	Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	3.999.556,88	3.977.380,31	0,56
12311.04.06	Obras de Arte e Peças para Exposição	60.066,98	55.580,35	8,07
12311.05.00	Veículos	4.731.414,91	4.667.414,91	1,37
12381.01.00	Depreciação Acumulada bens móveis	(44.781.301,19)	(38.769.762,20)	15,51
Total		37.053.828,43	31.721.286,64	16,81

A variação de 15,95% na conta de equipamentos de proteção, segurança e socorro deve-se principalmente à contratação em 2022 de fornecimento, implementação e instalação de soluções integradas de segurança eletrônica envolvendo sistemas de CFTV para atender demanda da Subseção Judiciária de Juiz de Fora, cujo montante incorporado em 2022 correspondeu a R\$755.818,08.

A variação de 28,83% na conta de Equipamentos de Processamento de Dados deve-se à incorporação de vários equipamentos de informática como servidores de rede, monitores, mini PCs, notebooks e workstations, sendo que uma parte foi enviada pelo TRF1 e o restante adquirido pela SJMG, para atender demandas da SJMG e do TRF6.

Nota 7 – BP – Bens Imóveis

As contas relacionadas aos bens imóveis foram conciliadas no decorrer de 2022, conforme PAe 0002704-81.2022.401.8008 onde foram emitidas solicitações de regularização, principalmente relacionadas às informações constantes do SpiuNet.

Os bens imóveis que compõem o ativo imobilizado da Justiça Federal da 6ª Região estão todos registrados na UG090013 - SJMG e são mensurados com base no valor de aquisição, construção ou doação e, após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação ou amortização e à reavaliação.

A depreciação dos bens imóveis cadastrados no SpiuNet é registrada automaticamente pela STN, mensalmente, com base em informações da SPU. Analisando os dados publicados pela STN no link <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/transparencia/dados-abertos/depreciacao-de-imoveis> verifica-se que há uma diferença de R\$11.999,22 entre a planilha publicada pela SPU e os valores registrados no siafi, visto que na UG090013 consta no Siafi o valor de R\$682.248,09 de depreciação acumulada de imóveis e na planilha consta o valor de R\$670.248,87. Esta diferença será informada à SEMAP.

A amortização é aplicada quando há benfeitoria efetuada em imóveis de terceiros.

A reavaliação dos imóveis de uso especial da União deve ocorrer sistematicamente a cada ano, de acordo com o previsto na Portaria Conjunta MF/MPOG 703, de 10 de dezembro de 2014, porém, esta rotina ainda está pendente de implementação nos sistemas corporativos da SPU – Secretaria de Patrimônio da União, visto que é noticiado que está em andamento a implantação de um novo sistema para controle dos imóveis da União.

Os valores relativos aos bens imóveis estão segregados nas seguintes contas:

Conta contábil	Nomenclatura	Valor contábil em R\$		AH (%)
		31/12/2022	31/12/2021	
12321.01.00	Bens de uso especial registrados no SpiuNet	233.161.520,46	232.846.511,01	0,14
12321.06.00	Bens imóveis em andamento	559.036,96	559.036,96	0,00
12321.07.00	Instalações	1.322.466,40	379.112,57	248,83
12321.08.00	Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.941.262,51	1.944.762,51	(0,18)
12321.99.05	Bens imóveis a classificar/a registrar	34.258.378,41	34.258.378,41	0,00

12381.02.00	Depreciação Acumulada bens imóveis	(682.248,09)	(1.103.830,38)	(38,19)
12381.06.00	Amortização acumulada de benfeitorias em imóveis de terceiros	(991.651,37)	(818.580,77)	21,14
Total		269.568.765,28	268.065.390,31	0,56

7.1. Segue abaixo relação de imóveis registrados no SpiuNet na data de 31/12/22:

Seq.	Unidade	Valor do Imóvel
1	Salas de pericias médicas, bairro Gutierrez, em BH	1.560.000,00
2	Central de Arquivo da JFMG - Ed. Bolsa de Valores em BH	2.321.077,02
3	Ed. Antônio Fernando Pinheiro - Sede I em BH	52.004.310,04
4	Edifício Euclides Reis Aguiar - Sede II, em BH	54.972.828,37
5	Edifício Oscar Dias Corrêa - Sede III em BH	45.338.452,53
6	Centro Judiciário de Conciliação da SJMG - Casa da Rua Santos Barreto em BH	4.245.274,14
7	Terreno - SSJ de Divinópolis	4.300.000,00
8	SSJ de Janaúba	2.700.000,00
9	SSJ de Juiz de Fora	20.474.896,66
10	Estacionamento da SSJ de Juiz de Fora	2.390.300,54
11	Terreno - SSJ de Montes Claros	1.278.552,65
12	Terreno - SSJ de Muriaé	6.002.500,00
13	SSJ de Poços de Caldas	5.152.000,00
14	Terreno - SSJ de Sete Lagoas	1.819.787,38
15	SSJ de Uberlândia - Sede I	11.132.729,92
16	SSJ de Uberlândia – Anexo	15.646.059,65

17	UAA de Curvelo - Cessão recebida da Prefeitura de Curvelo e da OAB (oito salas e um corredor).	315.009,46
18	UAA de Diamantina - Cessão recebida da Universidade Estadual de Minas Gerais - UEMG (duas salas)	74.193,30
19	SSJ de Paracatu Proprietário: Edmundo Antonio de Sá. (Cessionário: Município de Paracatu)	1.433.548,80
Total		233.161.520,46

7.2. O valor registrado na conta de **bens imóveis em andamento** refere-se a projetos contratados para a reforma do imóvel que abrigará a SSJ de São João Del Rei (R\$62.500,12), projeto para construção da sede da SSJ de Divinópolis (R\$202.537,23) e projeto para construção da 2ª torre da SSJ de Juiz de Fora (R\$293.999,61), totalizando R\$559.036,96.

7.3. Na conta de **instalações**, o percentual de 248,83% decorre principalmente do valor despendido em 2022 na obra de reforma e adaptação do imóvel que abrigará a SSJ de São João Del Rei.

7.4. Os valores registrados na conta de **benfeitorias em imóveis de terceiros** registram benfeitorias realizadas nos seguintes imóveis:

Imóvel	Valor
SSJ de Divinópolis	74.289,76
SSJ de Lavras.	37.635,00
SSJ de Paracatu	130.767,85
SSJ de Unai	138.771,41
SSJ de Sete Lagoas	109.746,69
SSJ de Teófilo Otoni	152.100,80
SSJ de Patos de Minas	925.277,03
SSJ Muriaé	32.981,61
SSJ de Passos	339.692,36
Total	1.941.262,51

Algumas benfeitorias já foram completamente amortizadas e após a devolução do imóvel ao proprietário, será efetuado o lançamento de apuração do valor líquido contábil.

7.5. Imóveis a registrar/classificar - próprios não cadastrados no SpiuNet:

São imóveis que se encontram pendentes de registro no SpiuNet, em decorrência de compras e construção. Em alguns casos o registro do imóvel está dependendo da SPU e em outros depende de documentação e está sendo acompanhado pela unidade responsável e pela Secob.

Segue tabela com imóveis pendentes de registro na SPU:

Seq.	Unidade	Endereço	Valor do Imóvel
1	SSJ de Ipatinga	Rua Vila Lobos, 311 - Bairro Cidade Nobre	6.815.611,41
2	SSJ de São João Del Rei	Av Oito de Dezembro, 293 - Centro	4.900.000,00
3	SSJ de São Sebastião do Paraíso	Av. Oliveira Resende, 662, Bairro Brás	4.700.000,00
4	SSJ de Uberaba	Edifício - Av. Maria Carmelita de Castro Cunha 30 - Vila Olímpica	10.169.558,00
5	SSJ de Varginha	Av. Princesa do Sul, nº 1855, bairro Rezende - CEP 37062-447	7.673.209,00
Total			34.258.378,41

7.6. A variação a menor na conta de **depreciação acumulada** de imóveis é decorrente de ajuste (estorno) efetuado em junho/2022 pela SPU- Secretaria de Patrimônio da União.

7.7. Imóveis de terceiros alugados registrados apenas no SpiuNet:

Conforme relatório abaixo o TRF6 ocupa o quantitativo de 25 imóveis de terceiros. A maioria é utilizada para abrigar as unidades administrativas das Subseções Judiciárias e alguns servem como estacionamento e arquivo judicial. Os valores atribuídos aos imóveis de terceiros não são registrados no Siafi.

[Retornar](#)

Consulta Contabilização SIAFI

Me



Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

Relatório de Contabilização SIAFI

Relatório Detalhado

UG : 090013 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTANCIA-S.J./MG

Valores não enviados ao SIAFI

RIP Imóvel	RIP Utilização	Regime de Utilização	Valor da Utilização
4123 01117.500-9	4123 01118.500-4	Locação de Terceiros	10.003.828,26
4371 00028.500-5	4371 00029.500-0	Locação de Terceiros	2.651.610,09
4445 00050.500-2	4445 00051.500-8	Locação de Terceiros	4.068.573,53
4553 00158.500-7	4553 00159.500-2	Locação de Terceiros	2.792.493,24
4683 00033.500-5	4683 00034.500-0	Locação de Terceiros	2.413.629,09
4733 00234.500-8	4733 00235.500-3	Locação de Terceiros	926.358,69
4763 00055.500-7	4763 00056.500-2	Locação de Terceiros	50.809,30
4763 00057.500-8	4763 00058.500-3	Locação de Terceiros	750.916,99
4787 00068.500-5	4787 00069.500-0	Locação de Terceiros	916.105,09
4865 00093.500-7	4865 00094.500-2	Locação de Terceiros	1.489.719,95
4865 00095.500-8	4865 00096.500-3	Locação de Terceiros	2.717.160,59
4865 00115.500-5	4865 00116.500-0	Locação de Terceiros	465.574,39
4877 00015.500-5	4877 00016.500-0	Locação de Terceiros	1.354.561,70
4957 00205.500-0	4957 00206.500-5	Locação de Terceiros	1.085.647,00
4957 00245.500-8	4957 00246.500-3	Locação de Terceiros	4.709.869,20
4959 00061.500-4	4959 00062.500-0	Locação de Terceiros	5.512.148,43
5041 00129.500-9	5041 00130.500-4	Locação de Terceiros	876.046,49
5049 00086.500-1	5049 00087.500-7	Locação de Terceiros	1.004.068,77
5049 00088.500-2	5049 00089.500-8	Locação de Terceiros	49.910,44
5049 00090.500-3	5049 00091.500-9	Locação de Terceiros	287.941,77
5249 00072.500-8	5249 00073.500-3	Locação de Terceiros	1.045.567,89
5343 00048.500-4	5343 00049.500-0	Locação de Terceiros	2.006.709,85
5371 00088.500-8	5371 00089.500-3	Locação de Terceiros	424.504,75
5407 00016.500-0	5407 00017.500-5	Locação de Terceiros	1.467.659,53
5427 00017.500-0	5427 00018.500-5	Locação de Terceiros	1.645.719,95
TOTAL			50.717.135,02

7.8. Imóveis cedidos a terceiros

Nos imóveis administrados pelas unidades da 6ª Região, destacam-se cessões de uso de espaços físicos para o Banco do Brasil, Caixa, Sicoob e OAB, para exploração de atividades e serviços de interesse da Administração. As receitas decorrentes dos contratos de cessão de uso onerosa são recolhidas ao Tesouro Nacional por meio de GRU, incluindo os ressarcimentos de despesas. Apenas no caso de cessão para a OAB a cessão é não onerosa.

As áreas estão contabilizadas na conta 897110900 - CESSAO DE USO - BENS CEDIDOS, conforme relação abaixo:

Cessionário	Cidade	Inscrição Genérica	Valor registrado
Caixa	Belo Horizonte	ICTCC0001	1.943.909,08
	Divinópolis	ICTCC0002	132.663,30
	Ipatinga	ICTCC0003	157.937,37
	Juiz de Fora	ICTCC0004	337.708,84
	Pouso Alegre	ICTCC0005	25.205,42
	Uberaba	ICTCC0006	173.771,00
	Uberlândia	ICTCC0007	209.046,64
Banco do Brasil	Belo Horizonte	ICTCC0008	17.089,31
Sicoob	Belo Horizonte	IC0000007	90.886,88
OAB	Belo Horizonte	IC0000023	140.695,69
	Contagem	IC0000024	17.087,49
	Divinópolis	IC0000025	30.801,17
	Governador Valadares	IC0000026	24.944,11
	Ipatinga	IC0000027	31.559,25
	Ituiutaba	IC0000028	31.914,60
	Janaúba	IC0000029	28.567,01
	Juiz de Fora	IC0000031	56.554,11
	Lavras	IC0000032	7.274,88
	Manhuçau	IC0000033	6.164,49
	Montes Claros	IC0000035	27.485,41
	Muriaé	IC0000036	24.781,43
	Patos de Minas	IC0000038	26.795,09
	Poços de Caldas	IC0000039	59.643,59
	Ponte Nova	IC0000040	15.405,36
	Pouso Alegre	IC0000041	8.695,58
	São João Del Rei	IC0000042	34.206,24
	São Sebastião do Paraíso	IC0000043	66.968,66
	Sete Lagoas	IC0000044	18.927,17
	Teófilo Otoni	IC0000046	7.889,78
	Uberaba	IC0000047	50.932,88
	Uberlândia	IC0000049	66.417,25
	Unai	IC0000050	31.404,15
	Varginha	IC0000051	31.626,19
	Viçosa	IC0000052	13.722,82
	Paracatu	IC0000055	56.537,61
Passos	IC0000056	40.587,28	
Total			4.045.807,13

7.9 – Imóveis – Ativo Contingente

Está registrado na conta 89991.49.01 - Ativos Contingentes Previstos, o valor de R\$7.481.424,80 relativo ao terreno localizado no Bairro Belvedere, em Belo Horizonte, visto que parte da área inicialmente adquirida para a SJMG foi cedida ao DNIT, conforme Ofício 14380283 da SPU.

Nota 8 – BP – Intangível

O ativo intangível do TRF da 6ª Região está todo registrado na UG090013 – SJMG e é composto integralmente de softwares, segregados em de vida útil definida e, na maior parte, de softwares de vida útil indefinida.

Os softwares são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzidos do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*), como demonstra a tabela a seguir:

Conta contábil	Nomenclatura	Valor contábil em R\$		AH (%)
		31/12/2022	31/12/2021	
12411.01.01	Softwares com vida útil definida	520.408,03	395.690,95	31,52
12411.02.01	Softwares com vida útil indefinida	986.502,96	984.922,18	0,16
12481.01.00	Amortização Acumulada	(191.960,26)	(298.851,03)	(35,77)
12491.01.00	Redução ao valor recuperável	(12.415,64)	(12.415,64)	0,00
Total		1.302.535,09	1.069.346,46	21,81

Nota 9 – BP – Passivo circulante e não circulante

Os saldos das contas de passivo das unidades gestoras do TRF da 6ª Região, no encerramento do exercício de 2022, representam passivos de pessoal, tributos e contribuições previdenciárias, de fornecedores e de provisões de curto prazo.

O passivo de salários, remunerações e benefícios configura a maior parte do passivo circulante sendo que o valor devido a magistrados na rubrica de Adicional de Tempo de

Serviço representa a maior parte. Esta situação é refletida também na conta de PSS-contribuições s/ salários e remunerações

O passivo de férias decorre da provisão de férias de servidores e magistrados, cujos registros por competência começaram a ocorrer em 2019.

Os passivos de 13º Salário (Gratificação Natalina) não compõem os saldos das contas de passivo com Indicador de Superávit Financeiro - ISF, tipo P - Permanente, dada a inexistência de saldo ao final do exercício de 2022, mas foram adequadamente registrados e conciliados em conformidade com o Manual SIAFI 02.11.42 - Folha de Pagamento.

Ocorreu variação significativa, no exercício de 2022, em comparação com o exercício de 2021, na conta 21791.05.00 – Provisão para serviços de terceiros. Esta variação refere-se à previsão estimada de valores de serviços a serem pagos com crédito da ação orçamentária 2004 – Assistência médica e odontológica a servidores e dependentes – AMOS, com vistas à demonstração da despesa no momento da ocorrência do fato gerador, em conformidade com o que dispõe a Macrofunção Manual SIAFI 02.03.36 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Foi estimado um valor maior porque em 2022 foi reconhecido como ajuste de exercícios anteriores o montante de 2.896.066,86, conforme consta da **Nota 10 – BP – Ajustes de exercícios anteriores.**

Segue abaixo tabela com valores por conta e por Indicador de Superávit Financeiro P - Permanente ou F - Financeiro.

Passivo Permanente				
Conta contábil	Nomenclatura	Valor contábil em R\$		AH (%)
		31/12/2022	31/12/2021	
21111.01.01	Salários, remunerações e benefícios	33.990.920,12	952.785,73	3.467,53
21111.01.03	Férias a Pagar	15.071.062,68	17.182.643,32	-12,29
21131.01.00	Benefícios assistenciais a pagar		2.333,93	
21141.03.02	Contribuições a entidade de previdência			-100,00

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas – TRF6 - 2022

	complementar		3.972,34	
21142.01.01	INSS - Contribuição s/ salários e remunerações		121,65	
21142.01.03	INSS - Contribuição s/ serviços de terceiros	11.867,23	183.717,97	(93,54)
21142.13.00	PSS - Contribuições s/ vencimentos e vantagens	2.603.332,77	34.288,16	7.492,51
21311.04.00	Contas a pagar - credores nacionais	59.336,16	918.589,85	-93,54
21791.05.00	Provisão para serviços de terceiros	5.000.000,00	2.178.270,14	129,54
Total passivo permanente		56.736.518,96	21.456.723,09	164,42
Passivo Financeiro				
Conta contábil	Nomenclatura	Valor contábil em R\$		AH (%)
		31/12/2022	31/12/2021	
21111.01.01	Salários, remunerações e benefícios	16.691.650,17	670.363,80	2.389,94
21141.03.02	Contribuições a entidade de previdência complementar	12.719,76	6.976,48	82,32
21142.13.00	PSS - Contribuições s/ vencimentos e vantagens	366.628,78	21.016,90	1.644,45
21311.04.00	Contas a pagar - credores nacionais	336.006,12	-	100,00
21881.01.00	Consignações - folha de pagamento		102.956,71	-100,00
21881.04.02	Depósitos e cauções recebidos	296.628,82	58.739,39	404,99
21881.04.47	Depósitos por devolução de valores	178,00		100,00
Total passivo financeiro		17.703.811,65	860.053,28	1.958,46
Total geral do passivo		74.440.330,61	22.316.776,37	233,56

Nota 10 – BP – Ajustes de exercícios anteriores

Os valores registrados na conta Ajustes de Exercícios Anteriores referem-se a registros efetuados no exercício de 2022 correspondentes a fatos geradores ocorridos em exercícios anteriores, decorrentes da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior.

Os saldos mais representativos referem-se a:

- Reconhecimento de despesa da Ação AMOS – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, visto que o valor provisionado em 2021 foi insuficiente para as despesas que foram apresentadas em 2022,
- Despesas de pessoal, como: passivos irrelevantes, provisionamento de despesa com remuneração e abono de férias pagas em 2022, relativas a exercícios anteriores a 2019, pois os duodécimos não foram provisionados nos respectivos exercícios de competência e,
- Registro efetuado pela SPU – Secretaria de Patrimônio da União para ajustar a conta de depreciação acumulada dos imóveis, conforme tabela apresentada abaixo:

Objeto	Valores em R\$
Assistência Judiciária Gratuita	2.886,00
Fornecedores	223.992,28
Férias	440.595,00
Passivos irrelevantes de pessoal	868.684,31
Requisitados	40.148,77
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores	2.896.066,86
Ajuste RMB - Desfazimento em Juiz de Fora	34.978,53
Depreciação de imóveis - ajuste efetuado pela SPU - Secretaria de Patrimônio da União	(736.389,53)
Total	3.770.962,22

Nota 11 – BP – Patrimônio líquido

A variação no patrimônio líquido, em comparação com o exercício de 2021, foi negativa no valor de R\$ 39.607.253,82, em decorrência do resultado do exercício ter-se apresentado negativo no valor de R\$ 35.836.291,60 e que foi registrado na conta de ajustes de exercícios anteriores o montante devedor de R\$3.770.962,22.

Nota 12 – BP – Garantias e Contratos

No decorrer de 2022, foi efetuada análise das contas que registram as garantias e obrigações contratuais na UG090013 - Seção Judiciária de Minas Gerais. Na UG090059- TRF6 ocorreram poucos registros nestas contas.

As contas de controle de obrigações contratuais referem-se a contratos de aluguéis, de seguros, de serviços e de fornecimento de bens, com controle por processo de compra ou registro contratual em execução.

Os saldos das contas de controle de garantias referem-se a garantias contratuais pendentes de execução em dezembro/2022, recebidas em observância ao artigo 56, § 1º, incisos I da Lei 8.666/93 (caução em dinheiro ou títulos da dívida pública), II (seguro-garantia) e III (fiança bancária).

Nota 13 – DVP – Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços

Verifica-se variação significativa no saldo da VPA de exploração de bens, direitos e prestação de serviços decorrente do registro em 2022 de todo o valor constante dos termos de cessão efetuados com a Caixa, Banco do Brasil e Sicoob. Os valores foram registrados no ativo circulante e realizável a longo prazo. Quando houver o recolhimento da GRU pelo cessionário, os valores serão baixados do ativo.

Houve também uma variação significativa nas transferências e delegações recebidas decorrente de sub-repasses recebidos do CJF na UG090058 – TRF6 - Orçamentária. Esta mesma variação é refletida na conta de transferências e delegações concedidas que registra as transferências de sub-repasses para as UGs executoras 090013 – SJMG e 090059- TRF6 - Executora.

Nota 14 – DVP - Pessoal e encargos e Benefícios previdenciários e assistenciais

Em 2022 houve uma variação significativa nas despesas com remuneração a pessoal e encargos sociais decorrente principalmente do pagamento e reconhecimento de valores devidos aos magistrados na rubrica de adicional de tempo de serviço. O aumento é justificado também pelo acréscimo de pessoal para atender as demandas em função da instalação do TRF6.

Nota 15 - DVP – Resultado patrimonial do período

O exercício de 2022 encerrou com um resultado negativo no valor de R\$ 35.836.291,60, resultado da diferença entre o valor das variações patrimoniais aumentativas (R\$1.279.744.327,42) e as variações patrimoniais diminutivas (R\$ 1.315.580.619,02).

As variações patrimoniais aumentativas e diminutivas do exercício de 2022 foram registradas de acordo com o PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

Nota 16 – BO – Déficit

O déficit de R\$ 938.461.012,23 corresponde ao montante da despesa empenhada nas UGs 090013 – SJMG e 090059 – TRF6 – Executora. A receita é contabilizada no órgão 12000 – JF, na Setorial Financeira do CJF.

Segue abaixo tabela com a relação das despesas empenhadas por Natureza de Despesa nos exercícios de 2021 e 2022.

Natureza Despesa		Total utilizado 2021	Total utilizado 2022	Variação	AH%
319001	APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	109.342.891,20	111.654.625,40	2.311.734,20	2,11
319003	PENSOES	18.904.972,59	19.192.174,46	287.201,87	1,52
319007	CONTRIB. A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	3.268.006,59	3.711.545,97	443.539,38	13,57
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	489.046.554,78	491.514.544,04	2.467.989,26	0,50
319016	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	12.410.540,58	18.610.450,46	6.199.909,88	49,96
319091	SENTENCAS JUDICIAIS	920.336,19	733.320,21	(187.015,98)	(20,32)
319092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.168.392,76	20.802.121,10	18.633.728,34	859,33
319094	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	410.000,75	2.608.881,44	2.198.880,69	536,31
319096	RESSARCIMENTO DE DESP. DE PESSOAL REQUISITADO	5.527.070,92	6.921.270,05	1.394.199,13	25,22
319113	OBRIGACOES PATRONAIS - OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	105.355.782,27	102.895.368,66	(2.460.413,61)	(2,34)

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas – TRF6 - 2022

319191	SENTENCAS JUDICIAIS	27.684,84	4.259,20	(23.425,64)	(84,62)
319192	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	121.961,91	978.430,07	856.468,16	702,24
339008	OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	3.837.123,13	3.780.522,58	(56.600,55)	(1,48)
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	187.306,29	610.966,54	423.660,25	226,19
339030	MATERIAL DE CONSUMO	1.043.061,82	925.312,77	(117.749,05)	(11,29)
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	34.945,49	346.131,29	311.185,80	890,49
339035	SERVICOS DE CONSULTORIA	0,00	186.335,40	186.335,40	0,00
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	22.815.728,29	24.834.116,14	2.018.387,85	8,85
339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	28.940.946,28	32.374.370,55	3.433.424,27	11,86
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	21.804.307,54	28.819.432,29	7.015.124,75	32,17
339040	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	3.702.339,41	2.577.235,60	(1.125.103,81)	(30,39)
339046	AUXILIO-ALIMENTACAO	22.198.323,80	22.920.076,47	721.752,67	3,25
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	52.909,00	53.790,57	881,57	1,67
339049	AUXILIO-TRANSPORTE	238.807,86	610.506,21	371.698,35	155,65
339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	5.919.193,66	6.302.313,92	383.120,26	6,47
339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	9.907.613,48	15.576.696,31	5.669.082,83	57,22
339096	RESSARC. DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	133.818,80	249.754,97	115.936,17	86,64
339139	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA (INTRA)	130,16	0,00	(130,16)	(100,00)
339147	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	3.266.744,90	3.489.448,72	222.703,82	6,82
339192	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	196,95	184.198,97	184.002,02	93.425,75
449039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	95.822,16	465.937,54	370.115,38	386,25
449040	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	121.890,91	13.580,78	(108.310,13)	(88,86)
449051	OBRAS E INSTALACOES	4.766.844,65	4.317.174,56	(449.670,09)	(9,43)
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.023.009,89	10.196.119,09	4.173.109,20	69,29
449092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.500,90	0,00	(2.500,90)	(100,00)

Total	882.597.760,75	938.461.012,33	55.863.251,58	6,33
--------------	-----------------------	-----------------------	----------------------	-------------